

Maria Berthilde Moura Filha  
Ivan Cavalcanti Filho

# A FORMA E A IMAGEM DE UMA CIDADE COLONIAL

## Traçado urbano e arquitetura religiosa na Paraíba dos séculos XVI ao XVIII

### FORM AND IMAGE OF A COLONIAL CITY

*Urban design and religious architecture at  
sixteenth-to-eighteenth century Paraíba*

**Resumo:** Este artigo trata sobre a relação entre a forma urbana dos núcleos de povoamento erigidos durante o processo inicial de ocupação do território brasileiro e a implantação da arquitetura religiosa. Tendo por objeto de análise a cidade-sede da Capitania da Paraíba, observa-se esta em dois momentos. O primeiro corresponde às décadas iniciais da construção da cidade, fundada em 1585 como parte da estratégia de colonização do litoral setentrional do Brasil, quando abrigou a representação do poder régio português e diversas ordens religiosas, que marcaram suas presenças na imagem do lugar com a construção de igrejas e mosteiros. Após a ocupação pelos holandeses, entre 1634 e 1654, a cidade ficou arruinada, levando à reconstrução de seus principais edifícios, ação que se prolongou pela centúria seguinte. Nesse segundo momento da análise, as ordens monásticas contribuíram com a renovação da imagem da cidade, ao construírem templos mais “modernos” e enquadrados na linguagem arquitetônica do Barroco e do Rococó; mas coube às irmandades de leigos participarem na definição da forma da cidade, pois edificaram suas igrejas em áreas até então não incorporadas à estrutura urbana, definindo futuros eixos da sua expansão.

**Palavras-chave:** arquitetura, ordens monásticas, irmandades, Paraíba.

**Abstract:** This article deals with the relation between the urban form of the settlements built during the initial process of occupation of Brazilian territory and the establishment of religious architecture. Having the seat city of the Captaincy of Paraíba as object for analysis, the site is observed according to two moments. The first corresponds to the initial decades for the construction of the city, founded in 1585 as part of the strategy for colonization of the Brazilian northern seaboard, when it sheltered Portuguese royal representation and various religious orders that marked their presence in the site image through the construction of churches and monasteries. After the Dutch occupation, from 1634 to 1654, the city was ruined, leading to a process of reconstruction of its main buildings that lasted up to the next century. In the second moment of analysis, the monastic orders contributed for the renovation of the city image, when “updated” temples were built according to the architectural languages of Baroque and Rococo; but were the lay brotherhoods the ones that really defined the city shape, as they built their churches in areas that had not been inserted within the urban structure, thus defining further axes for expansion.

**Keywords:** architecture, monastic orders, brotherhoods, Paraíba.

O ponto focal do presente artigo é a relação entre a forma urbana dos núcleos de povoamento erigidos durante o processo de ocupação do território brasileiro no período colonial e a presença da arquitetura religiosa enquanto relevante elemento deste contexto. Esse tema tem sido recorrente na literatura sobre o Brasil colonial, abarcando tanto estudos focados em realidades específicas, como o clássico *Vila Rica*, de Sylvio

de Vasconcellos (1977), quanto outros mais analíticos, a exemplo da importante obra de Murilo Marx (1991): *Cidade no Brasil, terra de quem?*

Perseguindo caminhos já trilhados por esses e outros pesquisadores, propomo-nos a contribuir com a temática adotando por objeto de análise a cidade-sede da Capitania da Paraíba, observada em dois momentos a seguir especificados.

O primeiro corresponde às décadas iniciais da construção da cidade, fundada em 1585 como parte da estratégia de colonização do litoral setentrional do Brasil, quando abrigou a representação do poder régio português e diversas ordens religiosas, que marcaram presença na imagem do lugar com a construção de igrejas e mosteiros. O segundo momento enfoca a cidade após a ocupação pelos holandeses (1634-1654), quando a mesma ficou arruinada, sendo necessária a reconstrução de seus principais edifícios, ação que se prolongou pela centúria seguinte. Nesse período da análise, as ordens monásticas contribuíram para a renovação da imagem da cidade, ao serem construídos templos mais “modernos” e enquadrados na linguagem arquitetônica do Barroco e do Rococó; mas coube às irmandades de leigos a real definição da forma da cidade, pois edificaram suas igrejas em áreas até então não incorporadas à estrutura urbana, definindo futuros eixos para a sua expansão.

Nosso objetivo é observar as múltiplas formas de relação que a arquitetura religiosa manteve com o espaço urbano, quando produzida em momentos distintos nesse longo período colonial, adequando-se a contextos diferentes, sendo gerada por agentes diversos.

Partimos do princípio que colonizar e povoar se tornaram sinônimos na realidade brasileira, e que nos núcleos de povoamento a arquitetura representou, de alguma forma, os objetivos dessa colonização. Ou seja, a arquitetura era também um meio para concretizar a presença dos representantes dos poderes que deram fundamento à sociedade brasileira: a Coroa portuguesa, a quem cabia defender e administrar o território sob seu domínio – nas vertentes política, jurídica e econômica; e a Igreja Católica com seus edifícios, portadora dos ensinamentos de Deus, imprescindíveis aos portugueses que povoavam a colônia e fundamentais para catequizar e dominar uma população nativa.

A Igreja, que chegou ao Brasil ao lado da Coroa com a missão de evangelização, a princípio, edificou igrejas e casas de modestas proporções, mas ao incorporar outras funções, como a assistencialista, educacional, ou ao organizar a sociedade em grupos estratificados, construiu ou renovou seus edifícios, em “pedra e cal”, ganhando maiores dimensões, alguns avançando em qualidades estéticas, merecendo dos observadores da época adjetivos como “suntuosos” ou “nobres.” São essas diversas formas de relação entre a arquitetura religiosa e o núcleo de povoamento que nos propomos a investigar, lançando um olhar sobre a Cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, ou Cidade da Paraíba, como passou a ser denominada na segunda metade do século XVII<sup>1</sup>.

## O primeiro momento

Corresponde às décadas iniciais da construção da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1585 para ser a sede da Capitania da Paraíba e um importante ponto de apoio para a colonização do litoral setentrional do Brasil. Ocorria que, naquela época, a Coroa portuguesa via a necessidade de tomar para si o domínio sobre as margens do Rio Paraíba, pois constituía uma via de acesso a áreas de grande potencialidade econômica, tanto pelas ricas matas de pau-brasil, como pelas várzeas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, estando ocupada essa região, colocava-se um obstáculo à presença francesa e à ação dos Potiguaras que ameaçavam o desenvolvimento das vizinhas Capitânicas de Itamaracá e de Pernambuco. (MOURA FILHA, 2010)

No caso específico da Filipéia, é imprescindível atentar que o processo de construção dessa realidade, compreendido entre o final do século XVI e as primeiras décadas do XVII, decorreu dentro dos limites permitidos por um contexto de recente conquista e de constantes conflitos, mas onde era fundamental implantar os baluartes e os símbolos do poder do conquistador.

Encontrava-se a cidade em formação, quando em 1634 a capitania foi dominada pelos holandeses. A cidade que estes encontraram foi descrita pelo governador Elias Herckman, em 1639, dizendo estar “[...] situada ao comprido sobre a eminencia do monte que fica defronte da Bahia do Varadouro”, havendo nela seis igrejas e conventos. Entre as casas monásticas, enumerou o convento dos franciscanos, “[...] o maior e o mais bello”, e os conventos dos beneditinos e dos carmelitas, todos ainda inacabados. Elias Herckman disse ser a Igreja Matriz a principal delas e “[...] uma obra que promete ser grandiosa”, embora por concluir; referiu-se à Igreja da Misericórdia, que estava “[...] quase acabada”, e, por fim, “[...] a sexta e última egreja”, na verdade a pequena capela de São Gonçalo, que havia pertencido aos jesuítas e assinalava “[...] o limite extremo da cidade.” (HERCKMAN, 1911, p. 89)

A Filipéia se organizava em torno desses edifícios referenciais, sendo a Matriz o ponto de partida da Rua Nova, paralela à Rua Direita, que ligava o convento dos franciscanos à Capela de São Gonçalo. Em sentido perpendicular, essas duas ruas eram cortadas pelas travessas que se encaminhavam à Santa Casa da Misericórdia e ao Convento do Carmo. Entre essas vias estavam definidos os quarteirões, de forma predominantemente retangular, que compunham o pequeno aglomerado da cidade alta, registrado na cartografia produzida pelos holandeses, na qual se percebe de imediato a estreita relação entre o traçado urbano e a arquitetura religiosa edificada na Filipéia a partir das últimas décadas do século XVI (Figura 1). Vejamos como cada um desses edifícios foi sendo inserido na imagem da cidade.





A – Capela dos jesuítas  
D – Mosteiro de São Bento

B – Casa da Misericórdia  
E – Igreja Matriz

C – Convento carmelita  
F – Convento franciscano

**Figura 1: Localização dos edifícios religiosos da Filipéia, identificados sobre cartografia holandesa de c. 1640.**  
Fonte: Reis Filho (2000, p. 119).

Sobre a Igreja Matriz, erguida na cabeceira da Rua Nova, pouco se sabe. Sua origem está associada aos fundamentos da cidade, tendo por princípio uma capela edificada no alto da colina. Brevemente foi elevada à posição de Matriz, estando documentado que no ano de 1586 “[...] foi nomeado o primeiro vigário da vigararia da Capitania da Paraíba”<sup>2</sup>.

Maiores informações sobre a Igreja Matriz foram dadas pelo provedor-mor da capitania, em carta enviada ao rei D. Filipe II, em 1618, prestando conta da sua atuação, e dizendo sobre a cidade: “[...] não tinha Igreja matriz mais que de taipa muito velha procurei fazer se de pedra e cal e estando ja a capella mór acabada toda de abobeda com seu retabolo e os altares colaterais do mesmo modo, continuandose com o corpo da Igreja”<sup>3</sup>.

Cronologicamente, na sequência da primitiva Igreja Matriz, deve ter surgido a pequena Capela de São Gonçalo, único marco edificado que registrou a breve trajetória dos padres da Companhia de Jesus na Paraíba do século XVI. Não há muitas informações: em posterior documentação do ano de 1729, há uma referência dizendo ser “[...] hua ermida do gloriozo São Gonçalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo”<sup>4</sup>.

Estiveram os jesuítas presentes nas guerras que resultaram na conquista da Paraíba, sendo, portanto, os primeiros religiosos a se estabelecerem na capitania. Apesar dessa participação ativa, foram eles que menos condições encontraram para marcar sua pre-



sença na Paraíba. Fundada a cidade, nela permaneceram trabalhando na pacificação e catequese dos nativos, responsáveis pela aldeia Tabajara de Piragibe, “[...] a primeira Aldêa do Gentio que recebeu a Fé nesta Capitania.” (JABOATÃO, 1858, I, i, p. 162) Em função dessa atividade, fixaram-se nas proximidades daquela aldeia onde foi erigida a referida capela de São Gonçalo, a qual definia o limite sul da cidade até meados do século XVII. Todavia, os padres da Companhia ficaram restritos àquela pequena capela, pois, em 1589, chegaram à Paraíba os franciscanos, a quem o governo da capitania incumbiu a responsabilidade por todas as aldeias de índios, sendo exceção a de Piragibe, que já estava sob a tutela dos jesuítas.

Vieram os franciscanos fundar um convento na Filipéia, a convite do povo e do governo local, com o objetivo daquele passar a ser o centro da ação missionária que se estenderia por diversas aldeias, marcando a fase “[...] eminentemente catequética e de pacificação dos indígenas.” (BURITY, 1988, p. 29) Essa constituía a grande missão confiada pelo rei Felipe II às ordens religiosas que concordou em enviar para o Brasil a partir de 1580. Afinal, se não houvesse uma coexistência pacífica com os nativos, o projeto colonizador não teria êxito, pois os portugueses ficariam impossibilitados de se estabelecer na terra e desenvolver atividades que lhes garantissem a almejada riqueza. (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 57)

Em fins de 1588 ou princípios de 1589, veio à cidade o “[...] Frei Melchior para examinar pessoalmente as condições do terreno oferecido para a fundação, anuindo em seguida ao pedido<sup>5</sup>.” Segundo Jaboação (1861, II, ii, p. 358): “Hum anno com pouca differença se deteve na Parahyba o Padre Custodio [Frei Melchior], no cuidado de ordenar e dispôr aquelle primeyro recolhimento e acceitar alguãs Aldeas do Gentio.” Dando início às obras, “[...] se concluhio em breve tempo uhã caza, ou recolhimento com doze cellas, claustro e officinas, com seo oratorio. Neste se recolherão os Religiosos, tratando de levantar Igreja que acabarão brevemente, dedicada ao gloriozo S. Antonio, que se havia escolhido por Patraõ da Custodia.” (JABOATÃO, 1861, p. 356)

Em 1593, os franciscanos assumiram a aldeia de Piragibe, até então sob os cuidados dos jesuítas, fato que deflagrou um conflito entre ambos. A situação tornava-se mais grave quando somada ao desentendimento havido entre o governador Feliciano Coelho de Carvalho (1592-1596) e os jesuítas, devido à transferência da aldeia de Piragibe para uma região mais ao interior da capitania, “[...] decisão que foi interpretada pelos padres como um despreço à ação catequética e religiosa, sobrepujada pelas preocupações materiais, de ordem militar e econômica.” (BURITY, 1988, p. 35) Diante dessas desavenças, os jesuítas foram afastados da Paraíba, em 1593.

Foi no ano de 1595 que o Frei Damião da Fonseca, presidente dos beneditinos de Olinda, chegou à Filipéia, cumprindo a ordem do padre geral da congregação de Portugal para fundar uma casa na Paraíba. (CASTRO, 1912, p. 61) Solicitou ao governador da

capitania um terreno destinado à construção de um mosteiro, o qual recebeu na condição de “[...] que dentro em doiz annos comece o Mosteiro, e não o começando assim mesmo fiquem devolutaz para se darem a quem as aproveyte como Sua Magestade manda”<sup>6</sup>. Como isso não se concretizou, e achando-se a capitania pouco assistida de padres para a catequese do gentio, devido ao afastamento dos jesuítas e desavenças com os franciscanos, o governador e a Câmara da cidade solicitaram ao abade dos beneditinos de Olinda que viessem, novamente, a se estabelecer na Paraíba.

Em 1599, chegou o Frei Anastácio com mais três religiosos para cumprir a missão que lhes era solicitada, atendendo ao “[...] Servisso de Deoz e de Sua Magestade, e do bem Comum desta terra.” Visando a obter um novo terreno para a construção do mosteiro, encaminhou ao governador uma “petição”, que teve parecer favorável, recebendo, em 1600, as terras à margem da Rua Nova, onde no mesmo ano deram início a construção do convento e da igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Montsarrat. (PINTO, 1977, p. 31-32)

Em 1609, o sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, referiu-se à Filipéia dizendo<sup>7</sup>:

[...] nesta povoação a que chamão cidade há tres mosteiros de padres a saber hu de São Francisco que bastava muy ben acabado e capas de muitos religiosos hu do Carmo que se vay fazendo e hun de São Bento que se fabrica e hua casa de Mizericordia muy ben lavrada e a see mais pobre que todas porque não he de particulares.

Sua observação é um indicativo concreto de que no início do século XVII estava em construção a fisionomia da Filipéia. E, de fato, esse foi o período em que os edifícios mais significativos da cidade começaram a ganhar nova proporção e um caráter de maior solidez, embora só seja possível visualizar esse cenário através de informações fragmentadas e dispersas no tempo.

Assim, em 1604, para “[...] açituar o seu mosteiro com idifficios de pedra e cal”, os beneditinos solicitaram a posse de chãos “[...] devolutos e desaproveitados” localizados junto à gleba na Rua Nova que já lhes pertencia, por considerarem que “[...] os chãos que para isso tem não sam bastantez” para a nova edificação<sup>8</sup>.

Também no início do século XVII, os franciscanos retomaram a construção do seu “Mosteyro Novo”, que estava suspensa. Entre os anos de 1602 e 1606, era guardião dos franciscanos o Frei Francisco dos Santos – que havia traçado o plano inicial do conjunto – e, embora as informações sobre esse período sejam vagas, há a referência que “[...] se fez muita parte nesta casa.” (WILLEKE, 1967, p. 72) Em 1608, o guardião Frei Francisco dos Anjos “[...] termina no seu tempo o antigo convento e igreja de Santo Antônio”, e seu sucessor, o Frei Cosmo de São Damião, em 1609, apesar da oposição de seus superiores, fez o muro de pedra e cal, guardando o convento de Santo Antônio. (PINTO, 1977, p. 35)

Os carmelitas, por sua vez, estavam encaminhando a construção do seu convento, o qual, segundo as *Memórias Históricas* do Frei Manuel de Sá, foi iniciado após o ano de 1600, embora já estivessem presentes na Paraíba, provavelmente, desde 1591, dedicando-se à catequese dos índios. (SÁ, 1724, p. 40) Sobre os carmelitas as informações são mínimas. Segundo o Frei Manuel de Sá, por decisão do Cardeal D. Henrique, em 1580, os carmelitas deveriam embarcar “[...] na viagem que se hade fazer para edificar a Cidade da Paraíba, aonde poderão fundar Mosteyro desta Ordem, a que intitularão Nossa Senhora da Victoria.” (SÁ, 1724, p. 34) No entanto, não ocorrendo a fundação da cidade naquela viagem de conquista, vieram os carmelitas para a Paraíba em momento posterior.

Por fim, a Santa Casa da Misericórdia da Paraíba foi fundada sob o patrocínio de Duarte Gomes da Silveira, rico senhor-de-engenho da capitania, com um investimento considerado “[...] de grandíssimo custo pela grandeza e nobreza do edifício do templo.” (BRANDÃO, 1997, p. 109-110) Não é conhecido o ano em que teve início a construção dessa igreja; entretanto, em 1595, surge uma referência documental sobre a “[...] Rua da Misiricordia”, indicando que a mesma já existia.<sup>9</sup> Segundo registro contido no Diálogo das Grandezas do Brasil, o templo encontrava-se “[...] já quase acabado”, em 1618, e anexo à igreja foi erguido também “[...] o hospital della que se conservou athé a tomada do olandez” quando foi destruído<sup>10</sup>.

Devido ao seu caráter assistencial, a presença da Santa Casa da Misericórdia na Filipéia é um indício de que a cidade possuía, em princípios do século XVII, uma população que justificava e necessitava de tal tipo de amparo. Por informação de Diogo de Campos Moreno, em 1609, tinha aquela “[...] povoação oitenta vizinhos branquos”, cômputo que excluía alguns estratos da população<sup>11</sup>. Outra referência apresenta números aproximados para a cidade que “Tem ate cem vizinhos portuguezes”, mas acrescenta dados mais completos, observando que “[...] em seu destrito habitão mais de outocentos portuguezes”, além do grande número de nativos, somando “[...] ao redor de quatorze mil Pitagares he gentio da terra, e outras naçoens que aqui habitão repartidos por suas aldeas”<sup>12</sup>.

Somente perante a organização de uma sociedade justificava-se a presença dessas ordens religiosas e a constituição da Irmandade da Misericórdia, cuja função era servir aos moradores da cidade e do seu entorno, fossem estes os brancos colonos portugueses, os índios distribuídos pelas aldeias de catequese, ou ainda, aquela nova sociedade que se formava a partir da presença desses elementos. Em paralelo com a formação dessa sociedade, a Filipéia ia assumindo seu caráter de centro urbano, com os “[...] edificios nobres de pedra e cal que cada dia se aumentão”, conforme registrou, também, Diogo de Campos Moreno, no ano de 1616<sup>13</sup>.

A recorrência desses materiais resistentes em edifícios é igualmente destacada dois anos depois, quando o cronista Ambrósio Fernandes Brandão, após visitar várias capi-



tancias da colônia, descreve a Paraíba como segue: “A cidade, que está situada pelo rio acima, ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos.” Refere-se o autor às casas dos beneditinos, dos carmelitas e dos franciscanos, das quais os últimos detêm “[...] um convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem de todo o Estado do Brasil.” (BRANDÃO, 1997, p. 30)

Estando assentadas tais edificações, cabe reafirmar a relação que mantinham com a forma da cidade. Demonstrou Moura Filha (2010) que havendo o poder régio português promovido a fundação da Filipéia por ser de importância estratégica para o processo de colonização do Brasil, em finais do século XVI, seu traçado urbano foi definido com base em princípios de regularidade vigentes no universo português, na época. A cidade, situada no alto da encosta que margeia o Rio Sanhauá, foi estruturada a partir de duas ruas principais e paralelas – Ruas Nova e Direita, cortadas por travessas que demarcavam um traçado ortogonal. Ruas e travessas estavam estreitamente relacionadas com a localização dos edifícios religiosos, como demonstra a Figura 1 deste artigo, permitindo-nos falar de um diálogo entre aqueles que definiam o desenho da cidade – o poder régio português, a Câmara local e a igreja representada pelo clero secular, regular e a Irmandade da Misericórdia. Entre a ação dos agentes que definiram o traçado e erigiram a arquitetura da Filipéia, fixaram-se os dois grandes poderes que encaminharam a colonização do Brasil.

No entanto, da estrutura física dessas igrejas e mosteiros pouco sobreviveu à ocupação holandesa, ou às guerras travadas com os portugueses para a reconquista da capitania, mas a sobrevivência das ruínas daquele tempo definiu a continuidade da arquitetura monástica da cidade, que foi reconstruída no segundo momento a seguir analisado.

## **O segundo momento**

Sendo expulsos os holandeses, em 1654, a imagem da Paraíba era de total ruína: plantações devastadas, povoações e engenhos destruídos, indicando que seria necessário muito tempo para retomar a ordem. Concomitantemente, a capitania atravessava uma fase difícil, que se prolongou desde o final do século XVII e, praticamente, por todo o século XVIII, pesando para isto diversos fatores, como o declínio do comércio do açúcar e as mudanças na política de colonização que centravam o interesse da Coroa portuguesa em áreas do Brasil consideradas então prioritárias. (MOURA FILHA, 2010)

Essa trajetória, marcada por tantos percalços de ordem política e econômica, refletiu-se na antiga Filipéia, ou Cidade da Paraíba, como passou a denominar-se após a expulsão dos holandeses. Nesse contexto, transcorreu a reconstrução da cidade e de seus principais edifícios, a partir das últimas décadas do século XVII, ação que se prolongou pela centúria

seguinte, quando também começaram a erigir edifícios mais “modernos” e enquadrados na linguagem arquitetônica da época, com expressões do Barroco e do Rococó.

Entre aquelas igrejas preexistentes, apenas a da Santa Casa da Misericórdia não passou por tão radical intervenção, pois melhor se conservou durante a ocupação holandesa, uma vez que era utilizada pela população em substituição da Igreja Matriz, ainda não concluída naquela época. (HERCKMAN, 1911, p. 89) O mesmo não ocorreu com seu hospital, que precisou ser reconstruído, só voltando a funcionar em 1765. Por sua vez, a Matriz estava arruinada ao fim do período holandês, sendo reconstruída a partir de 1662 e durante as primeiras décadas do século XVIII. (MOURA FILHA, 2010, p. 311)

Permaneciam as ordens religiosas como os mais fortes representantes do poder da Igreja Católica na cidade. Assim, franciscanos, beneditinos e carmelitas trataram de restabelecer suas igrejas e conventos sobre as estruturas que sobreviveram ao período holandês, ao mesmo tempo em que modernizaram e monumentalizaram esses edifícios, tornando-os ainda mais significativos para a cidade. Mas ocupando os mesmos sítios de outrora, não foram agentes ativos na definição e expansão do traçado urbano, ao contrário do que ocorrera na origem da Filipéia, quando suas casas estavam intrinsecamente vinculadas à ordenação das ruas e travessas da cidade.

Na segunda metade do século XVII, vencidos os holandeses, essas ordens religiosas trataram de voltar à Paraíba e reaver o patrimônio que haviam deixado quando da invasão e tomada da capitania. O estado em que encontraram as suas casas não diferia muito da imagem de ruína que predominava na cidade, e a recuperação do patrimônio edificado que lhes pertencia também vai decorrer em um tempo longo, regido pelos mesmos obstáculos econômicos e pelas dificuldades que marcaram o ritmo da reconstrução de toda a capitania.

Foram os padres de São Bento os primeiros a retornar à cidade. Frei Paulo do Espírito Santo, abade do mosteiro da Paraíba, encontrava-se na Bahia quando se encerrou o domínio holandês. De lá partiu, em 1654, para tomar posse da sua casa e “[...] entrando nesta cidade, sem aver nella morada alguma: o que achou forão matos de onze ou doze annos”<sup>14</sup>. Encontrou uma edificação por concluir, tal como estava quando os holandeses a ocuparam em 1634, havendo do mosteiro apenas as paredes levantadas, sem coberta nem divisões internas, e acrescido do desgaste de tantos anos em desuso.

Ao que tudo indica, teve prioridade a recuperação da estrutura preexistente da igreja e, dentre os trabalhos realizados até o ano de 1657, consta que: “A Igreja toda se cobrio, e retelhou, que não tinha mais que as paredes em pedra e toda se renovou por dentro e por fora”<sup>15</sup>. No início do século XVIII, o mosteiro continuava em construção e, a partir de 1703, as obras incidiam sobre um dormitório novo e o refeitório. Somente na entrada da década de 1780 ocorreram outras intervenções significativas: foram levantadas duas galerias cobertas no claustro que nunca chegou a ser fechado. (LINS, 2002, p. 648)

No triênio de 1718/1721, teve início a construção de uma nova igreja: “Botou ce a primeyra pedra na Igreja nova e se fizerão os alicerces do corpo da Igreja e frontespicio.” (PINTO, 1977, p. 117) Em 1722, foram feitos os alicerces da capela-mor; contudo, os trabalhos na igreja estiveram paralisados por alguns anos, sendo retomados durante o período de 1736 a 1740, ano em que ocorreu a benção da capela-mor. (PINTO, 1977, p. 119, 121 e 143) Ao se aproximar o ano de 1750, a nave estava recebendo as cantarias que lhe deram uma sóbria beleza, o frontispício ia se formando, alcançando a altura da “[...] primeira cornija”<sup>16</sup> e, ao findar o século XVIII, a igreja estava concluída, faltando o campanário do lado do Evangelho, nunca edificado. Segundo Eugênio Lins (2002, p. 653), a igreja dos beneditinos da Paraíba “[...] deve ter apresentado para época, no Brasil, uma grande novidade, pois seguiu, em alguns aspectos, o modelo das novas igrejas que estavam sendo construídas nos mosteiros beneditinos portugueses.”

Para atingir esse resultado, os obstáculos vencidos foram muitos. Em 1738, a falta de recursos econômicos levou os beneditinos a solicitarem ajuda ao poder central para concretização do projeto de modernização do espaço monástico, “[...] respeitando ao grande dispêndio de que necessita a obra.” Para comprovar os custos, o “[...] mapa, ou risco della” foi submetido à avaliação no Reino<sup>17</sup>. Além da apreciação do projeto, foram tomados os pareceres do capitão-mor e do procurador da Fazenda Real da Paraíba, que assim se expressou:

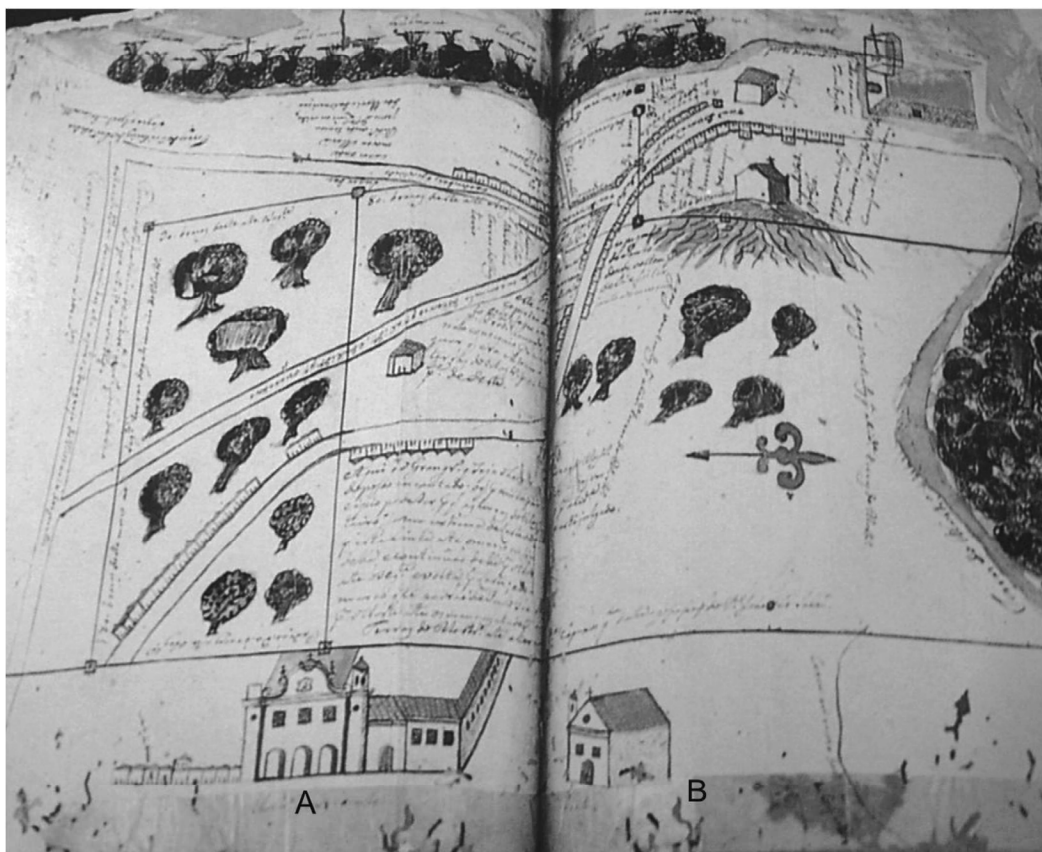
Hé notorio o zello com que os Reverendíssimos Abades do Mosteiro de São Bento desta cidade pretendem augmentar as obras da sua igreja e convento para poderem ter religiosos que ajudem ao parochio nas confições e administração dos mais sacramentos aos moradores desta capitania assim como o fazem os mais religiosos, e tambem para melhor perspectiva da mesma cidade.<sup>18</sup>

Pelo procurador da Fazenda foi notada a contribuição que a renovação do conjunto monástico trazia para a imagem e para uma “melhor perspectiva” da cidade, revelando, então, o desejo dos beneditinos de “monumentalizar” sua igreja, representada em um mapa esquemático executado pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692, com o fim de demarcar terras pertencentes ao Mosteiro de São Bento (Figura 2). O mesmo se pode aplicar aos resultados obtidos com as reformas empreendidas pelos carmelitas em seu convento e igreja, cujo percurso de obras é trilhado, invariavelmente, através de informações muito rarefeitas. Das poucas fontes documentais disponíveis, pode-se apreender que esses padres retornaram à cidade por volta de 1692 e que, em 1733, residiam no convento do Carmo dezoito religiosos, os quais trabalhavam na administração dos sacramentos e nas “missões deambulatórias”<sup>19</sup>.

Pela pobreza em que se encontrava a capitania, estavam reduzidas as esmolas com as quais a população contribuía para o sustento daqueles religiosos, levando-os a recorrer ao Reino. O pedido dos carmelitas foi abonado pelo capitão-mor, que confirmou serem eles assíduos nos sacramentos, nas pregações e confissões, que cumpriam as missas



cantadas e demais funções e festas a que eram obrigados por sua Regra. Acrescentava que, sendo dos primeiros religiosos que fundaram convento naquela cidade, “[...] se achão ainda com dous dormitórios terreos de taylor de barro, e só com hum de sobrado, novo feito de pedra e cal, e outro principiado.” Quanto à “[...] igreja que de presente tem”, também era “[...] muito antiga, e de barro e pedra”<sup>20</sup>.



**Figura 2: Parte da cidade representada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, abrangendo a área compreendida entre o Rio Sanhauá e a Rua Nova, demarcando as terras do Mosteiro de São Bento representado em primeiro plano (A), tendo ao lado a Igreja Matriz (B).**

Fonte: LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba.

É desconhecido o curso dos empreendimentos artísticos dos carmelitas, todavia, em 1778, foi concluída a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, sob a iniciativa do prior Frei Manuel de Santa Tereza, que durante os quinze anos do seu priorado conseguiu fazê-la inteiramente. (PINTO, 1977, p. 169) Renovada a igreja, em 1781, o prior dos carmelitas recorreu à rainha D. Maria I com o intuito de obter uma esmola para continuar as obras do convento. Especificava: “O objecto de minha pertensão é remediar este Convento, que pela Igreja novamente erecta ficou tão vexado de dividas crescidas, que não so se vê exausto de bens para a satisfasão do empenho, mas ainda totalmente debilitado para proseguir as obras mais precisas.” Reiterando o pedido dos carmelitas, informaram os oficiais da Câmara sobre o empenho do referido prior, dizendo das dificuldades que enfrentavam: “Isto por cauza da Igreja que novamente se fez, que suposto esteja na

sua ultima perfeição, não se vê mais que hua torre ainda que completar se, faltando de tudo a segunda, e tão bem os dormitórios, que por antigos necessariamente se hão de deitar abaixo, para subirem a corresponder o risco da mesma Igreja”<sup>21</sup>.

Por seu turno, o convento dos franciscanos teve de passar por um sério processo de reconstrução e de restauração, já que fora utilizado pelos holandeses como fortaleza, em virtude da sua estratégica localização na parte alta da cidade. Tal uso deve ter danificado seriamente o cenóbio, acerca do qual escreve Barlaeus, incumbido por Maurício de Nassau Siegen para relatar sobre os oito anos de sua administração do Brasil holandês: “À Fredericópole serve de fortaleza o convento dos franciscanos, cingido de trincheiras. Reforçam-no meias-luas, fossos, estacadas e dez bocas de fogo.” (BARLAEUS, 1980, p. 144)

Trilharam os franciscanos o mesmo caminho em busca da monumentalidade da sua casa monástica. Em 31 de dezembro de 1734, foi sagrada a igreja dedicada a Santo Antônio, com cerimônia que teve a assistência do Bispo de Pernambuco, a presença do governador da capitania e prelados das demais ordens. Sobre essa igreja, disse o Frei Jaboatão: “He taobem nova esta Igreja e ainda que não há assento do anno, em que se lhe deo principio, sabemos comtudo certamente que pelos annos de 1718, e seguintes se trabalhava na sua fabrica.” (JABOATÃO, 1861, II, ii, p. 372) A delonga da construção é talvez a nota mais dominante, já que apenas em 1779 ficou terminada a fachada da igreja, e quatro anos depois foi concluída a torre sineira. Jaboatão, assim, descreveu-a:

Nesta da Parahyba se foram continuando os seus prelados até o presente, como tão bem as obras do convento, que vemos ser todo fabricado de novo, assim em igreja, como em corredores. Destes não temos assento, quando se lhe desse principio. São de um só sobrado, e sem demasia de grandesa dos mais amplos, e bem proporcionados da Província. Fora da sua quadra principal, tem outro corredor sobre si o qual pegado findo o que vai ter a capella-mor e dahi busca a parte do nascente. A par deste se fez os annos passados de 1751 a 1752 a sacristia nova, que até então era para baixo do corredor, que busca a capella-mor. Está fabricado pela mesma idea e architectura da que tem o Convento de Olinda. (JABOATÃO, 1861, II, ii, p. 371)

Enfrentando dificuldades comuns, as três ordens se beneficiavam do fato de estarem retornando para as casas que haviam começado a edificar antes da invasão holandesa, e sobre o preexistente trabalhavam para resgatar o que restara do passado e erigir o presente. Moldavam-se, no entanto, ao contexto e às necessidades próprias desse novo momento de construção da cidade, que era então sede de uma capitania sem expressão política, desde que fora anexada à Pernambuco, em 1756, decisão que fazia parte da política pombalina de conter gastos e enfrentar a crise que transcorria em Portugal. Com essa medida, a Paraíba passou a depender das decisões impostas pelos governadores pernambucanos, retardando ainda mais o seu desenvolvimento, dependendo a renovação da imagem da cidade, em grande parte, da ação da Igreja.

Nesse contexto, as ordens monásticas representavam, ao mesmo tempo, a “permanência” – retomam do passado as estruturas edificadas que já haviam vincado a imagem da cidade – e a “modernidade”, uma vez que, progressivamente, suas novas edificações assumem uma linguagem arquitetônica própria daquele tempo e atendem a um ideário de “monumentalidade” que caracterizou os edifícios religiosos erigidos no Brasil do século XVIII.

Trajetória mais difícil tiveram os jesuítas para retornar à Paraíba: como haviam sido expulsos da capitania em 1593, apenas podiam voltar mediante permissão do poder régio português e, somente em 1676, foi dada a autorização para que se instalassem na cidade. No ano de 1682, o Provincial Antônio de Oliveira procurou averiguar se havia meios para fundar uma casa na Paraíba, a qual deu princípio com quatro irmãos, ficando sujeita ao colégio de Olinda. Instalaram-se “[...] no lugar chamado Boa Vista junto a hua ermida do glorioso São Gonsalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo.” Junto a essa “[...] derão principio as cazas, ou hospicio com as esmollas do povo, e do collegio de Olinda”<sup>22</sup>.

Animada com o desempenho dos jesuítas, a população demonstrou o desejo de ter elevada a casa da Paraíba à condição de colégio, esperando que “[...] seus filhos gozem do ensino nos estudos de que athe agora totalmente carecerão”<sup>23</sup>. No entanto, tal processo foi demorado. Em 1730, considerando os bons serviços prestados pelos jesuítas e a falta de recursos dos moradores da capitania “para poderem com suas esmollas suprir aos relligiozos”, recomendou o Conselho Ultramarino a D. João V “[...] que aquella rezidencia possa passar a ser collegio em que assistão dez ou doze relligiozos, [...] com obrigação de terem mestres de ler, escrever e contar, e tambem de latim e moral para ensinarem os filhos daquelles moradores, com declaração que não vencerão esta ordinaria sem terem os ditos mestres”<sup>24</sup>.

Em carta de 1744, os oficiais da Câmara demonstravam a grande utilidade da presença desses para assegurar a educação e formação da população, ao mesmo tempo em que solicitavam ajuda para a nova empreitada a que se propunham os jesuítas. Pediram:

Vossa Magestade lhes queira conceder e aumentar a graça de que possão da quadra da igreja que de novo erigirão com esmolos dos mesmos moradores fazer commodo, em que se possão recolher alguns filhos dos moradores de fora da mesma cidade, que não tem moradia para nella poderem ser ensinados dos ditos padres.<sup>25</sup>

Em 28 de novembro de 1746, D. João V oficializou a licença para a construção do seminário anexo à igreja da Companhia<sup>26</sup>.

Quando em 1759 os jesuítas foram definitivamente expulsos de todo o território brasileiro, por não estarem em sintonia com as diretrizes políticas de D. José e do Marquês de Pombal, deixaram na Paraíba um conjunto arquitetônico constituído pela casa e pelo



colégio da Companhia; a Igreja de São Gonçalo reedificada já em 1746; e o seminário encostado à “quadra da igreja”, à sua esquerda. No colégio e seminário, foram fiéis às normas da pobreza religiosa impostas pela Companhia de Jesus, que limitavam a ambição de requinte e suntuosidade na arquitetura; apesar disso, não deixaram de trabalhar para dar à sua igreja a mesma monumentalidade que caracterizou as casas erguidas pelos franciscanos, beneditinos e carmelitas na mesma época.

Em termos urbanos, a presença dos jesuítas também representou mudanças para a cidade. Instalaram-se no “[...] lugar chamado Boa Vista”, junto à antiga Capela de São Gonçalo, área de arrabalde na cidade do século XVII. Embora afastados do núcleo mais adensado da malha urbana, beneficiavam-se pelo traçado da Rua Direita, que seguia em direção à casa da Companhia, assim como da formação da “Rua da ladeira”, que, em 1713, ia dando continuidade à Rua Nova, correndo para o sul e constituindo outro acesso àquele lugar<sup>27</sup>.

Tendo ali o colégio, a igreja e o seminário, os jesuítas foram um fator de atração da população e da ocupação da cidade naquela direção. Partia daí a antiga “[...] estrada que vai para os engenhos”, a qual saindo da cidade levava para a área rural e para Pernambuco. Posteriormente, essa “estrada” vai ser habitada, gerando a rua que na centúria de oitocentos conduzirá a formação do Bairro das Trincheiras.

Outro percurso trilhado pela igreja na Cidade da Paraíba do século XVIII vai estar associado, também, às mudanças sociais da época, porque outros atores começaram a ter participação na construção da imagem da cidade através da arquitetura religiosa: a população organizada em irmandades e ordens terceiras. Ocorria que perante uma população que crescia e se estratificava, a palavra de Deus devia chegar a tantos quanto a solicitavam. Assim, vai ocorrer uma proliferação de casas fundadas por grupos específicos da população que se segregavam em irmandades, de acordo com seu estrato social ou econômico: homens brancos e ricos, pardos forros, negros escravos.

Embora a capitania continuasse enfrentando dificuldades econômicas e políticas, em particular devido à anexação a Pernambuco, a Cidade da Paraíba se expandia lentamente, a população crescia e se estratificava, fazendo surgir as irmandades de leigos e suas igrejas. Somando-se às novas edificações das ordens religiosas, as igrejas construídas pelas irmandades vão ter o mesmo sentido de “modernidade” e “monumentalidade”, proporcional às possibilidades dos grupos sociais que as financiavam. Porém, em termos urbanos, vão constituir os novos referenciais da cidade, fazendo surgir outros espaços públicos, balizando a formação de ruas e definindo eixos de crescimento da malha urbana, os quais vão ficar consolidados como percursos a serem seguidos na centúria de oitocentos.

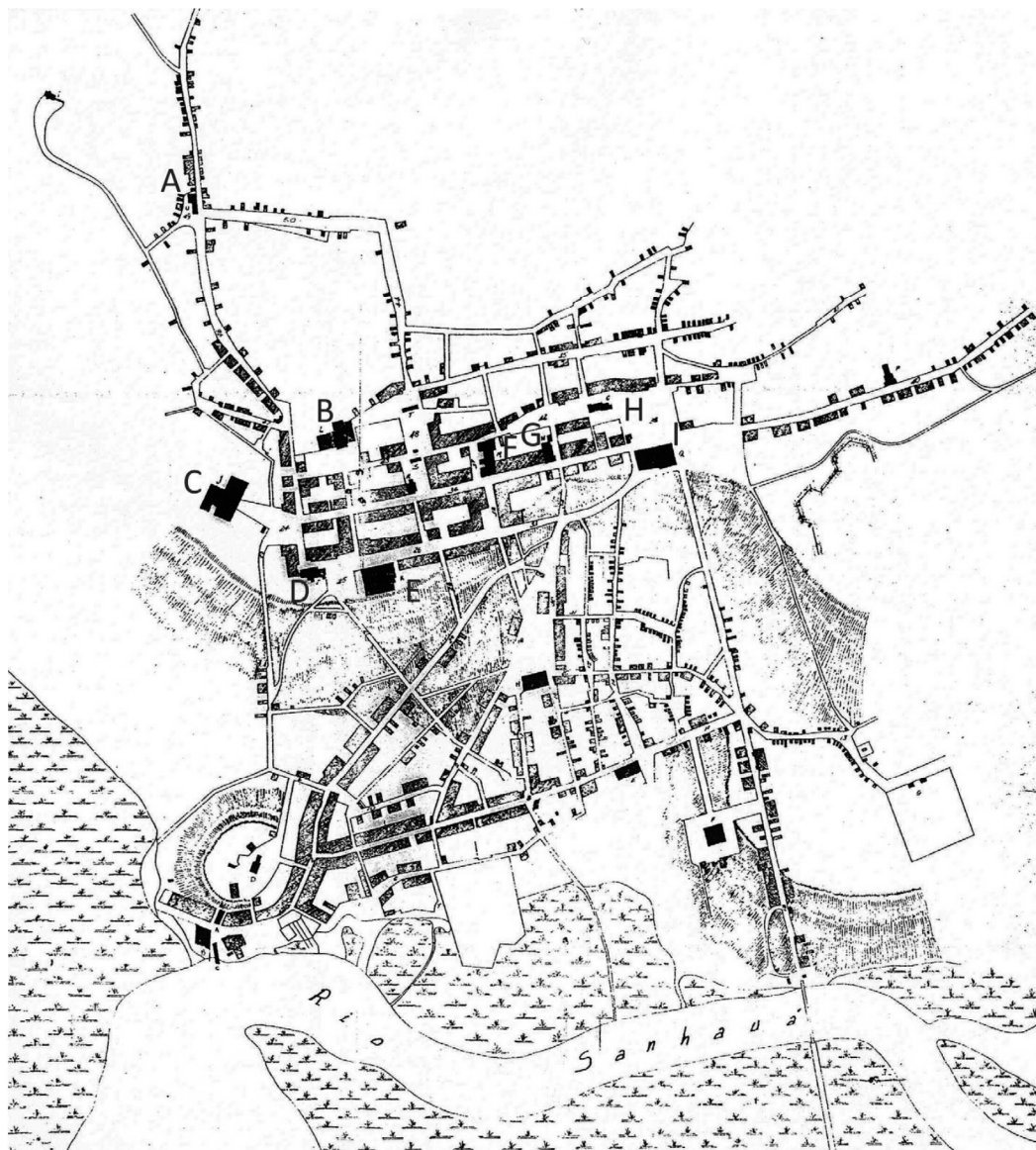
Em 1697, a referência à “[...] igreja de Nossa Senhora do Rozario dos pretos que se anda fabricando”<sup>28</sup>, constitui o primeiro indício de estratificação da população no espaço urbano, processo que avançará ao longo do século XVIII. Sendo os negros naturalmente segregados na estrutura colonial, esses se viam impelidos a criar seus lugares específicos de reunião e, não por acaso, foram os primeiros a erguer igreja própria para a sua irmandade.

A Igreja do Rosário ficava “[...] quasi no meyo da rua principal” da cidade - a Rua Direita, confrontando sua porta com a “estrada” que levava até às “[...] cacimbas” localizadas próximo ao Rio Sanhauá, sendo lugar de “[...] passagem dos que vão buscar agoa.” Embora estivesse em sítio então considerado “[...] afastado da povoação dessa cidade”, observa-se que logo virou um ponto de referência, sendo mencionada na documentação de época, ora para situar o lugar da “baixa” onde a mesma se encontrava, ora para dar as coordenadas da “estrada das cacimbas” que se formava<sup>29</sup>. Era a Igreja do Rosário um sinal das mudanças sociais e espaciais na Cidade da Paraíba (Figura 3).

Enquanto se uniam os negros para edificar uma igreja própria, os homens “nobres” da terra também formavam suas confrarias e instituíaam seus lugares privados de culto. Em 3 de setembro de 1704, foi assentado em Mesa da Ordem Terceira de São Francisco que se fizesse uma capela exclusiva para a dita ordem, a qual foi agregada à estrutura monástica dos franciscanos, com ligação à nave da igreja conventual através de um grande arco. De acordo com o Frei Jaboatão, “Não consta porem, quando se lhe desse principio, nem se dicesse nella a primeyra missa.” (JABOATÃO, 1861, II, ii, p. 387)

Uma vez edificada a capela, os terceiros não mediam esforços para melhorar suas instalações, anexando novos espaços que contribuíssem para o engrandecimento e o prestígio da Ordem. A construção da Casa dos Exercícios dos terceiros franciscanos a partir de 1748, por exemplo, constituiu uma dessas iniciativas que apenas favoreceu os irmãos leigos, os quais aumentavam em número de forma acelerada, haja vista o referido espaço ser destinado ao treinamento de noviços. (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 121) Essas iniciativas, no entanto, não tinham impacto na malha urbana, uma vez que aconteciam no âmbito da cerca conventual, que já estava delimitada no espaço da cidade.

Em situação semelhante se estabeleceram os Terceiros do Carmo. No dia 17 de janeiro de 1722, encontrava-se o tabelião da cidade no convento de Nossa Senhora do Carmo, perante os priores das ordens primeira e terceira, a fim de celebrarem uma escritura que concedia à irmandade licença para “[...] que na Igreja deste Convento, das grades do Cruzeiro para baixo, da parte da Epistola [...] possam abrir, e romper a parede da dita Igreja, para faserem a sua Capella de Terceiros, fundada em largura que lhes for necessária”<sup>30</sup>.



- |                                |                               |                                |
|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| A – Ig. N. Sra. Mãe dos Homens | B – Ig. e convento do Carmo   | C – Ig. e convento franciscano |
| D – Igreja Matriz              | E – Ig. e convento beneditino | F – Santa Casa da Misericórdia |
| G – Ig. N. Sra. do Rosário     | H – Ig. N. Sra. das Mercês    | I – Ig. e colégio dos jesuítas |

**Figura 3: Localização de edifícios religiosos existentes na cidade da Paraíba no século XVIII, identificados sobre cartografia de 1855, devido a inexistências de cartas setecentistas da cidade.**  
 Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

Certamente, a condição social dos irmãos terceiros de São Francisco e do Carmo propiciava a estes encontrar acolhimento junto às respectivas Ordens Primeiras, e seus espaços privados de culto foram erguidos de forma a compor dois grandes conjuntos edificadas que enobreciam a devoção em comum de religiosos e leigos. Ganhavam em qualidade arquitetônica esses conjuntos monásticos, pois tinham os “nobres” irmãos terceiros cabedal para investir em suas capelas. No entanto, perdia a cidade de ter novas estruturas edificadas com porte para se tornarem pontos referenciais perante



uma imagem urbana de dimensões tão diminutas. Ficava a cargo dos estratos sociais menos favorecidos propiciarem essa renovação do espaço urbano da Paraíba.

Assim, em 24 de setembro de 1729, foi lançada a primeira pedra da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, com solenidade que ficou registrada em termo lavrado em 14 de outubro do mesmo ano, noticiando a presença do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. (PINTO, 1977, p. 127) Era a casa de uma irmandade de pardos, cujos objetivos da iniciativa, bem como as dificuldades para concretizá-la são conhecidos por meio da carta de doação que lhes concedeu uma casa devoluta na Rua Direita para patrimônio dessa confraria. Em tal carta, o governador da Paraíba confirmava que os “[...] Irmãos de Nossa Senhora das Mercês, confraria dos Pardos d’esta Cidade da Parahyba”, estavam edificando sua igreja, mas como as “[...] esmolos com que concorrem os fieis de Deos para a meritoria obra hé mui deminuta”, essa seria paralisada caso não recebessem a doação do imóvel da Rua Direita que pleiteavam<sup>31</sup>.

A irmandade teve seu pedido atendido e reunindo as poucas esmolos arrecadadas entre os fiéis conseguiu erguer uma igreja de proporções consideráveis para a realidade da cidade na época. Em 21 de setembro de 1741, foi dada a benção à Igreja de Nossa Senhora das Mercês e, segundo termo lavrado pela irmandade, “[...] no dia vinte e trez do dito mez e anno se passou Nossa Senhora em procissão da Matriz onde estava, para sua santa Casa.” (PINTO, 1977, p. 144-145)

A igreja, se não possuía o requinte arquitetônico das casas dos terceiros de São Francisco e do Carmo, foi, em contrapartida, um dos referenciais urbanos de maior significação na cidade do século XVIII. Definiu um espaço urbano próprio, o Largo das Mercês, no qual tinha fim a rua que, partindo em frente ao convento do Carmo, corria paralela à Rua Direita e vinha dar à porta da irmandade dos pardos. Uma rua não muito extensa, que estava balizada por duas casas religiosas: o convento do Carmo, implantado em 1600, e a Igreja das Mercês, iniciada em 1729, as quais balizavam o limitado crescimento urbano da cidade em desproporção com seu tempo de existência (Figura 3).

Vale observar que a estratificação da sociedade respeitava diferenças que distanciavam homens de uma mesma cor, mas de condições sociais distintas. Enquanto os homens pardos se reuniam na Igreja das Mercês, somente em 1767 os “pardos sujeitos” tinham em construção a igreja da irmandade a qual pertenciam: a de Nossa Senhora Mãe dos Homens Pardos Cativos. Em requerimento que enviaram ao rei D. José, pedindo esmolos para conclusão da casa da irmandade, têm-se algumas informações sobre a trajetória desses irmãos:

Dizem o Juiz e Irmaons da Irmandade da Senhora May dos homens dos Pardos cativos da cidade da Parahiba do Norte que elles por tanto zello e devosão extabeleserão e levantarão sua Irmandade com o Soberano titulo da Senhora May dos Homens a qual Irmandade esta cita na Igreja dos Pretos do Rozario da mesma cidade, e procurando elles depozitar

em seu templo proprio a dita Senhora detriminarão com o comflito o fizerão levantar huma capella com as esmolos que os fieis comcorrião e como para a tal obra carece de mais aventajadas esmolos a terra não o permite e estão os suplicantes com o pezar de não terem templo em que depozitem a sua Imagem, e por não estar este acabado e faltar lhes a elles suplicante poses para a fazerem.<sup>32</sup>

Depreende-se que a condição de cativos havia aproximado os pretos e os pardos, que, a princípio, tinham sua Irmandade da Mãe dos Homens abrigada na Igreja do Rosário dos Pretos. Esses homens diferenciavam-se na cor, contudo compartilhavam o mesmo peso da escravidão. Em contrapartida, deixa-se transparecer uma das cláusulas do Compromisso da Irmandade da Mãe dos Homens, que a mesma estava aberta a aceitar pessoas brancas e pardas de qualquer qualidade, mas sem haver referência aos negros. No entanto, somente os pardos cativos tinham direito a voto “[...] para as desposisoens” da instituição, e dessa forma, resguardavam o seu poder de mando sobre a irmandade<sup>33</sup>.

A construção da Igreja da Mãe dos Homens foi mais um reflexo do processo de estratificação da população da Cidade da Paraíba. Homens que a princípio louvavam a Deus sob um mesmo teto, progressivamente, foram buscando lugares seletivos para suas orações. Mas a estratificação também era espacial. Em termos urbanos, essa Igreja, provavelmente por pertencer a uma irmandade de cativos, foi edificada no arrabalde do Tambiá, afastado do núcleo principal da cidade. No entanto, era sítio de fácil acesso porque naquela direção seguia a “[...] rua que vai de Sam Francisco para o caminho do Tambiá”, à margem do qual estava a igreja com seu pequeno largo. Novamente, um trecho de rua não muito extenso tinha por pontos referenciais edifícios de tempos tão distintos: o convento franciscano implantado no final do século XVI e a Igreja da Mãe dos Homens, ainda em construção, no ano de 1767 (Figura 3).

Em 1785, esse arrabalde foi valorizado pela construção da Fonte do Tambiá, que, desde 1736, era obra prevista pela Câmara por ser “[...] tam necessaria” ao abastecimento da população. O caminho levando à igreja da Mãe dos Homens e à Fonte do Tambiá, aos poucos, foi povoado e, no século XIX, transformou-se em lugar preferencial de moradia de famílias abastadas.

A estratificação da sociedade que se concretizava através da ação empreendedora das irmandades era oficializada pela Igreja. Por exemplo, em 4 de setembro de 1711 foi aprovado pelo Papa Clemente XI o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade da Paraíba. (PINTO, 1977, p. 106) Em 1766, foi apresentado ao “Régio Tribunal” o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens Pardos. Em 19 de fevereiro de 1783, foi aprovado em Portugal o primeiro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. (PINTO, 1977, p. 170)

Confirma-se que as igrejas edificadas pelas irmandades constituíam pontos referenciais para construção do espaço urbano, forçando o aparecimento de largos ou a definição de novos caminhos trilhados pela Cidade da Paraíba, que crescia lentamente ao longo do século XVIII, cercando a reduzida estrutura urbana remanescente do século XVI e sem qualquer relação de continuidade com o traçado ortogonal que a caracterizava. Ao mesmo tempo, eram as igrejas das irmandades, em conjunto com aquelas erguidas pelas ordens monásticas, que davam o tom de monumentalidade à arquitetura da cidade, representando o que de mais moderno podia-se produzir na Paraíba, como expressão do Barroco e do Rococó.

Oportunamente, é importante ressaltar que o período pombalino, de certa forma, favoreceu o incremento do clero secular, em detrimento do regular, que agonizava desde a expulsão dos jesuítas por ordem régia e a proibição do noviciado para as demais ordens religiosas. Esse quadro fica evidente na crônica que o inglês Henry Koster faz sobre sua visita à Cidade da Paraíba em 1810, quando assim se refere à arquitetura religiosa nela existente: “Os conventos das Ordens Franciscana, Carmelita e Beneditina são amplos edifícios quase desabitados. O primeiro tem quatro ou cinco frades, o segundo dois e o terceiro apenas um. Além destes a cidade possui seis igrejas.” (KOSTER, 1978, 70)

## **Considerações finais**

No início deste artigo enfatizamos que seu objetivo precípuo seria observar as múltiplas formas de relação que a arquitetura religiosa manteve com o espaço urbano na cidade-sede da Capitania da Paraíba, sendo a citada fábrica produzida em dois momentos distintos do núcleo urbano em estudo, adequando-se a contextos diferentes, sendo gerada por agentes diversos.

Sobre o primeiro momento, traduzimos nossas observações afirmando que a cidade se caracterizou formalmente por seu traçado ortogonal, fruto do contexto de conquista em que foi fundada, tendo por agentes principais a Coroa portuguesa e a Igreja, esta prioritariamente representada pelas ordens monásticas diretamente envolvidas nos interesses da colonização. Estavam, então, os edifícios religiosos implantados em estreita relação com as ruas e travessas que compunham aquele traçado, algumas até mesmo servindo de ponto de fuga para essas vias.

No segundo momento, a cidade estava enquadrada noutra realidade, não privando mais da importância política no contexto de expansão territorial que o Brasil vivera entre final do século XVII e início do XVIII. Era sede de uma capitania situada em área que já se encontrava assegurada para a Coroa portuguesa, passando por um processo de indiferença ainda maior por parte da metrópole quando foi anexada à Capitania de Pernambuco. Assim sendo, não havia mais a mesma atenção para com a regularidade



do seu traçado, o qual ia sendo definido por outros agentes, não mais associados aos poderes dominantes. Agora, era a população que, a partir de suas necessidades, ia abrindo os caminhos indispensáveis para ter acesso à fonte do Tambiá, ou às cacimbas situadas à margem do Rio Sanhauá. Era o povo, organizado em irmandades, que construía os edifícios religiosos que balizavam os espaços públicos – ruas e largos – acrescidos à cidade, já que as ordens monásticas trabalhavam sobre seus respectivos conjuntos arquitetônicos, originários do início da formação da Filipéia.

Não obstante as lacunas e dificuldades encontradas no estudo da produção dessa arquitetura e do núcleo urbano em questão, é possível afirmar, sobre bases seguras, ter havido uma clara relação entre esses edifícios eclesiásticos e a morfologia da cidade nos dois momentos estudados, bem como apontar sua representatividade e o impacto formal, e funcional, que exerceram no desenho em planta e elevação da cidade Filipéia e da Paraíba.

Atualmente, é difícil argumentar sobre a relevância que parte dessa arquitetura teve para a cidade do passado, uma vez que foram demolidas, entre as décadas de 1920 e 1930, as igrejas dos jesuítas, do Rosário dos Pretos, das Mercês e a Mãe dos Homens. Dessas restam apenas algumas raras fotografias e documentos que revelam suas imagens e memória. Permanecem, no entanto, como registro desse passado as igrejas da Misericórdia e os conjuntos dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas, cuja história é conhecida através de documentos, também escassos, mas a permanência dos edifícios representa um arquivo vivo, cujo acesso permite uma clara leitura formal desse patrimônio de expressivo valor sociocultural.

**Maria Berthilde Moura Filha** – Arquiteta. Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto.

**Ivan Cavalcanti Filho** – Arquiteto. Professor Associado II do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Planejamento Urbano pela University College London, Inglaterra. Doutor em História da Arte pela Oxford Brookes University, Inglaterra.

## Notas

- 1 Em sua origem foi nomeada Cidade de Nossa Senhora das Neves, passando em pouco tempo a denominar-se Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Uma vez que permaneceu com esse nome até o ano de 1634, quando da invasão holandesa, o mesmo foi adotado quando se refere à cidade no período que vai da sua fundação até o domínio holandês.
- 2 Arquivo Geral de Simancas – Secretaria Provincial – Liv. 1575. fl. 6v.-9.
- 3 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 1, Doc. 10.
- 4 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 7, Doc. 560.
- 5 Introdução do Frei Venâncio Willeke, O.F.M. ao LIVRO dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba. p. 174.
- 6 CARTA de data de terras, concedida ao Frei Damião da Fonseca. In. LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. p. 04-07.

- 7 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Ministério do Reino – Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos. *RELAÇÃO das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil por Diogo de Campos Moreno*. 1609. fl. 10.
- 8 CARTA de data de terra concedida ao Mosteiro de São Bento. In. *LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba*. Liv. 2. p. 37-39.
- 9 *PRIMEIRA Visitação do Santo Officio* [...], 1929. p. 411.
- 10 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 18, Doc. 1437.
- 11 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Ministério do Reino – op. cit. fl. 10.
- 12 Biblioteca da Ajuda – 51-IX-25. fl. 133-133v.
- 13 *REZÃO do Estado do Brasil*, 1999. fl. 105-105v.
- 14 Arquivo Distrital de Braga – Congregação de São Bento de Portugal – Códice 141. p. 05. Apud. LINS, 2002, p. 625.
- 15 Arquivo Distrital de Braga – Congregação de São Bento de Portugal – Códice 141. p.08. Apud. LINS, 2002, p. 643.
- 16 Arquivo Distrital de Braga – Congregação de São Bento de Portugal – Códice 141. p. 206. Apud. LINS, 2002, p. 647.
- 17 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 10, Doc. 869.
- 18 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 10, Doc. 869.
- 19 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 8, Doc. 702.
- 20 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 8, Doc. 702.
- 21 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 27, Doc. 2095.
- 22 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 7, Doc. 560.
- 23 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 1, Doc. 123.
- 24 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 7, Doc. 560.
- 25 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 14, Doc. 1177.
- 26 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 15, Doc. 1281.
- 27 Arquivo Público do Estado da Paraíba – Período Colonial – Doc. Manuscritos – Sesmarias Liv. 6 109. fl. 111v.-114.
- 28 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 3, Doc. 210.
- 29 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 3, Doc. 210.
- 30 Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – Doc. Coloniais, Imperiais e Republicanos – A3 G4 P1 – 1.4.
- 31 Arquivo Público do Estado da Paraíba – Período Colonial – Doc. Manuscritos – Sesmarias Livro 6 111. fl. 11v.-15.
- 32 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU\_014, Cx. 24, Doc. 1830.
- 33 Arquivo Histórico Ultramarino – ACL\_CU - Códice 1287. fl. 4.

## Referências

- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução de Cláudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1997.
- BURITY, Glauce Maria Navarro. *A presença dos Franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: G. M. N. Burity, 1988.
- CAVALCANTI FILHO, Ivan. *The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: Function and Design in a Colonial Context*. Tese (Doutorado) – Oxford Brookes University, 2009.
- CASTRO, Joaquim José da Silva (Org.). *Chronica do Mosteiro de N. S. do Mont-Serrat da Parahyba do Norte. Almanach do Estado da Parahyba*. Ano X. 1912.
- HERCKMAN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Parahyba. Almanach do Estado da Parahyba. Ano IX*. Parahyba: Imprensa Official, 1911.
- JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 5 v., 1858, 1859, 1861, 1862.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Orbe Seráfico Novo Brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luis da Câmara Cascudo. Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil: Século XVI a XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, 2002.

LIVRO dos Guardiães do Convento de Santo Antônio da Paraíba (1589-1885). *STVDIA*. n. 19. Dez/1966. p. 173-207.

LIVRO do Tombo do Mosteyro de Sam Bento da Parahyba. Liv. 2. *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Ano II. N. III. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI – XVIII*. João Pessoa: IPHAN/Superintendência da Paraíba, 2010.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, v. 1, 1977.

*PRIMEIRA Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capellão fidalgo del Rey nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações de Pernambuco, 1593-1595*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2000.

*REZÃO do Estado do Brasil* (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

SÁ, Frei Manoel de. *Memórias Históricas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portuguezes da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabético*. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1724.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WILLEKE, Frei Venâncio. Dois Architectos Franciscanos do Brasil Quinhentista. *Itinerarium*. Ano 13. n. 55. Lisboa, 1967.